

Livro de Barros de Castro vai defender participação do Estado na economia

por Getulio Bittencourt
de Nova York

O professor Antônio Barros de Castro, hoje presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), acreditava no processo de substituição de importações. Chegou a louvar por isso em público o governo do general Ernesto Geisel (1974-78), chocando parte da esquerda em várias faculdades de Economia do Sul do País.

Mas quando lhe indagam se acreditar naquilo não o tornava parecido com as crianças que ainda acreditam nos contos da carochinha ou com as pessoas que acreditavam no socialismo, Barros de Castro sorri. Ele, a rigor, não responde verbalmente. Sua resposta está avançando num livro, cujo último capítulo escreve nos finais de semana.

O livro promete uma primeira resposta da esquerda brasileira à crise de idéias que emergiu com o colapso da União Soviética e que o grande historiador marxista inglês Eric Hobsbawm resumiu, num artigo para o *The New Left Review*, como a perda das bandeiras socialistas. O mundo, antes ativo e dividido, ficou monótono como o texto de Francis Fukuyama proclamando a eterna vitória democrática.

No Brasil, a crise se refletiu sobre o Estado, na qual os militares brasileiros, de formação positivista depositavam uma crença desenvolvimentista. Nas autocriticas recentes, mesmo advogados da economia de mercado, como o ex-presidente do Banco Central (BC), Francisco Gros, notavam que o modelo de desenvolvimento brasileiro, impulsionado pelo Estado, funcionou durante a maior parte do século XX.

POR QUE DEU CERTO

O modelo brasileiro se esgotou por ter funcionado bem, argumenta Gros, e não por ter funcionado mal, como no México ou no resto da América do Sul. Mas o fato é que mesmo um antigo guerrilheiro, como o deputado federal pelo PT de São Paulo, José Genoíno, que levantou armas contra o regime militar, hoje admite uma redução do papel do Estado em certas áreas. Os defeitos do modelo estão expostos a olho nu no Brasil.

A idéia no livro de Castro, que ele se recusa a elaborar em detalhes, é inovadora porque adota o ponto de vista oposto. Em vez de dissecar por que o modelo estatal brasileiro de desenvolvimento entrou em colapso na década de 1980, ele se concentra em examinar por que esse modelo deu certo durante as três décadas precedentes.

O presidente do BNDES parte da premissa de que a antiga dualidade capitalismo versus socialismo, no plano ideológico, foi substituída pela corrente dualidade de sistemas econômicos com o modelo confrontador dos EUA e o modelo cooperativo do Japão. O modelo que está ganhando é óbvio. No modelo confrontador o papel do Estado é mínimo. No cooperativo é grande, parecido com o que historicamente teve no Brasil.

Seu ponto seguinte é que a ação estatal brasileira, especialmente a partir do governo Juscelino Kubitschek (1956-1960), desenvolveu várias características do modelo cooperativo. A sinergia em setores de mo-

nopólio estatal como mineração, eletricidade, petróleo e telecomunicações forneceria alguns exemplos.

ESPÍRITO PÚBLICO

O professor de Economia aborda em seu livro também as idéias que moviam as pessoas nessas três décadas de sucesso. Um exemplo típico, que possivelmente não seja mencionado por Barros de Castro, mas exemplifica a ideologia da época, é dado por um típico "homem público" chamado Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Falecido em 1967, ele criou trinta anos antes, no governo Getúlio Vargas, uma instituição hoje chamada de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Com ele trabalhou gente do talento de Lúcio Costa, o autor do plano urbanístico de Brasília. E graças ao seu esforço boa parte da memória artística e arquitetônica do País ainda está razoavelmente preservada.

Num livro publicado no México em 1952⁽¹⁾, no início do período estudado por Barros de Castro, Rodrigo Melo Franco de Andrade sumariza a história da preservação da memória brasileira e, apesar de suas críticas às imperfeições da ação estatal, é nela que acredita. Seu capítulo sobre as colaborações privadas é desolador.

Uma instituição privada "já exerceu atividades mais notórias do que hoje em dia". Outra associação tinha o objetivo de preservar o Outeiro da Glória no Rio, mas "parece, porém, que a associação não tem exercido ação merecedora de registro". Uma terceira foi extinta. Uma quarta exerce "nos últimos tempos atividades apenas discretas".

Homens como ele acreditavam na idéia do "espírito público", e essa noção fazia parte do modelo de sucesso. Algumas das análises do livro estão sendo discutidas por Barros de Castro com empresários, particularmente no Centro-Sul, para criar as condições de apoio a uma nova política industrial. Ele acha que a acolhida tem sido boa.

⁽¹⁾Rodrigo Melo Franco de Andrade, *Brasil: Monumentos Históricos e Arqueológicos*, Instituto Panamericano de Geografia e História, Cidade do México, 1952.